

**LEITURAS SOBRE
HANNAH ARENDT**

**EDUCAÇÃO,
FILOSOFIA E
POLÍTICA**

**Série Educação Geral, Educação Superior e
Formação Continuada do Educador**

Editora Executiva

Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis Da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP – IFPR

Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidade Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Prof. Dra. María del Carmen L. López – Facultad Ciencias de La Educación/Granada

Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 %
PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRI-
MOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

ALTAIR ALBERTO FÁVERO
EDISON ALENCAR CASAGRANDA
ORGANIZADORES

**LEITURAS SOBRE
HANNAH ARENDT
EDUCAÇÃO,
FILOSOFIA E
POLÍTICA**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leituras sobre Hannah Arendt : educação, filosofia e política / Altair Alberto Fávero, Edison Alencar Casagrande, organizadores. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-240-9

1. Arendt, Hannah, 1906-1975 – Crítica e interpretação 2. Educação – Filosofia I. Fávero, Altair Alberto. II. Casagrande, Edison Alencar. III. Série.

12-11741

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Filosofia 370.1

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
Escultura em papel reciclado, de Alice Mascarenhas
acervo da editora, adquirido no Palácio das Artes, em Belo Horizonte
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© *MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.*

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

Capítulo 1

HANNAH ARENDT Y SU CONDICIÓN HUMANA 19

Altair Alberto Fávero

Lizeth Carolina Alfonseca Silva

Capítulo 2

HANNAH ARENDT: NOTAS ACERCA DE
SUA BIOGRAFIA INTELECTUAL E REFLEXÃO
SOBRE A EDUCAÇÃO 39

Maria de Fátima Simões Francisco

Capítulo 3

RESPEITO E RESPONSABILIDADE PARA
COM OS RECÉM-CHEGADOS 55

Maria Cristina Müller

Capítulo 4

ARENDT: REFERÊNCIAS REPUBLICANAS

DE A *CRISE NA EDUCAÇÃO* 71

Claudio Boeira Garcia

Capítulo 5

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA:

EXPERIMENTOS ARENDTIANOS 85

Eduardo Morello

Capítulo 6

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ESTADO

EM ARENDT E CONDORCET 113

Sandra Janice Nunes

Capítulo 7

AS INTRICADAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO

E POLÍTICA EM HANNAH ARENDT 133

Rodrigo Moreira de Almeida

Rosalvo Schültz

Capítulo 8

POLÍTICA E REVOLUÇÃO: A FORMAÇÃO DA

CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA E A FUNDAÇÃO

DE UM NOVO CORPO POLÍTICO 157

Edison Alencar Casagrande

Capítulo 9

PARA PENSAR A EDUCAÇÃO EM MEIO

À ARENDT E BERGSON: DA CONSERVAÇÃO

AO DIREITO À FABULAÇÃO 177

Ester Maria Dreher Heuser

Capítulo 10	
ARENDT E TEIXEIRA: EDUCAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO	189
Ediovani A. Gaboardi	
Capítulo 11	
A ASCENSÃO DA ESFERA SOCIAL: A DILUIÇÃO DA DISTINÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	205
Cleriston Petry	
Capítulo 12	
REFERÊNCIAS, IDENTIFICAÇÕES E INCERTEZAS: COMO ENFRENTAR OS DESAFIOS DA MODERNIDADE?	233
Edinaldo Enoque Silva Junior Paulino Eidt	
Capítulo 13	
DO EU PONTUAL AO CÍRCULO VIRTUOSO: O ACONTECER DO HUMANO	261
Clenio Lago	
SOBRE OS AUTORES	283

APRESENTAÇÃO

A tarefa de introduzir um livro que reúne artigos sobre uma das pensadoras mais lúcidas do século XX coloca-nos inevitavelmente diante do problema de como começar, ou melhor, por onde começar. Não se pode esquecer que o *problema do começo* foi tema recorrente em toda a obra de Hannah Arendt. Todavia, esta coletânea aproxima autores de diferentes lugares, cujo interesse comum é discutir, a partir da autora, temas como filosofia, política e educação. A verdade é que através da obra de Hannah Arendt se pode, sem dúvida nenhuma, acessar a uma das críticas mais contundentes acerca do modo como a política, a educação e até mesmo a filosofia foram concebidas no século XX. Hannah Arendt é uma autora polêmica e ao mesmo tempo extremamente criativa, pois oferece ao leitor condições para entender os fenômenos que aconteceram em outros tempos e dessa forma repensar completamente o significado de temas como os abordados nesta coletânea.

Como exemplo dessa irreverência criativa pode-se considerar a reflexão desenvolvida por ela sobre a clássica definição de poder e sobre o lugar do espaço público no cenário da política. Justificando

o “rótulo” de autora polêmica, Hannah Arendt contraria a clássica tese de que a busca do poder é o principal objetivo da política, sustentando que o poder pertence a todos os homens livres e deve ser concebido como pré-condição da ação política. Para ela, conforme afirma em *Sobre a Violência*, o poder deve ser definido como “a capacidade humana não somente de agir, mas de agir em comum acordo”. Nesse sentido, não há como defender a tese de que o poder degradou a política. A causa da degradação moderna da política é antes o exercício da autoridade, que baseado na força e na violência despoja de poder o homem livre. Assim, o poder precisa, diz Arendt, ser concebido como fim em si mesmo, ou seja, como ação que resulta de um processo comunicativo, cujo objetivo último é a formação da vontade comum e o conseqüente desejo de entendimento. Dessa forma, a “única” maneira de impedir que o poder político degenere em estratégias marcadas pela força e pela violência é mantendo o espaço público longe das deturpações provocadas por ações ideológicas e partidaristas. Nessa perspectiva, o espaço público, conforme pondera Carlos Kohn (2010), deve ser definido não apenas como requisito fundamental para incentivar e coordenar a ação livre dos homens, mas também como “um espaço de aparição, na qual se manifesta a pluralidade de identidades e interesses presentes na sociedade e a cooperação, ou esforço mancomunado, para empreender o projeto político que essa sociedade se propôs a realizar”.

Assim, o espaço público, na visão restabelecida por Hannah Arendt, não se caracteriza pela demanda particular dos assuntos ou pelos interesses corporativos de associações administrativas com membros fixos, nem designa espaço em sentido topográfico ou institucional. Conforme observa Benhabib, no livro *El Ser y el Otro en la ética contemporânea*, uma legislatura municipal ou uma praça, por exemplo, onde as pessoas não agem juntas e em comum acordo não há espaço público no sentido arendtiano do termo. Por outro lado, diz Benhabib,

um campo ou um bosque também podem converter-se em espaços públicos se forem o objeto e o lugar de uma ação de comum acordo, como por exemplo, a manifestação para impedir a construção de uma estrada ou de uma base militar. Estes diversos lugares topográficos se transformam em espaços públicos no sentido de que se convertem em sítios de poder, de ação comum coordenada através da fala e da persuasão. (2006, p. 110)

A concepção arendtiana de espaço público é gestada a partir de um referencial histórico bem definido, a saber, o universo agonal da *polis*. Ao analisar, por exemplo, a experiência revolucionária francesa e americana, Arendt não perde de vista a referência de um espaço público que, além de supor uma comunidade moralmente homogênea e politicamente igualitária, estabelece limites de acesso e a pré-definição de uma agenda temática para a conversação pública. Apesar disso, não faltam os que defendem a tese de que o modelo arendtiano de espaço público, centrado na práxis comunicativa, poderá teoricamente oferecer as condições de diálogo necessárias para a consolidação de uma democracia participativa. Nesse sentido, parece difícil negar que o modelo de Hannah Arendt possibilita, em grande medida, a defesa de uma política autêntica, baseada na espontaneidade, na imaginação, na participação e no fortalecimento daqueles que não têm poder.

Na tentativa de resgatar o espírito inovador de Hannah Arendt, os autores dessa coletânea buscaram cada um ao seu modo, analisar na obra da autora, diferentes temas e problemas de investigação.

O primeiro capítulo do livro é resultado parcial do bem sucedido convênio de investigação entre a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMéx). Por meio do projeto “Pragmatismo, filosofia e educação”, o professor Altair Alberto Fávero (coordenador do projeto) e a

Professora Lizeth Carolina Alfonseca Silva (UAEMéx), produziram o texto “Hannah Arendt y su humana condición”. No referido texto, Fávero e Alfonseca Silva prestam uma homenagem a Hannah Arendt, “uma pensadora cuja vida foi dedicada a pensar e agir no mundo contemporâneo”. Inicialmente, na intenção de mostrar porque a tradição é indispensável para o processo educativo, os autores fazem uma reconstrução breve de algumas notas biográficas da autora; na segunda parte do capítulo analisam a relação entre educação e tradição a partir da reflexão sobre os escritos da própria Arendt.

No capítulo dois, intitulado “Hannah Arendt: notas acerca de sua biografia intelectual e reflexão sobre a educação”, Maria de Fátima Simões Francisco retoma aspectos relacionados ao contexto da construção do pensamento de Hannah Arendt e comenta alguns pontos de suas reflexões sobre a educação, sobretudo as ideias de autoridade, mundo e tradição. Para Maria de Fátima, as leituras que têm sido feitas do artigo “A crise na educação”, não têm levado suficientemente em conta a centralidade dos conceitos “mundo” e “tradição” na filosofia da autora. Por isso, na leitura que Maria de Fátima faz de Arendt, “a tarefa da educação é a de justamente apresentar o mundo às gerações do presente, tentando fazê-las conscientes de que comparecem a um mundo que é comum, o lar de múltiplas gerações. Ao conscientizá-las do mundo a que vieram, deverão compreender a importância de sua relação, ligação com as outras gerações, passadas e vindouras. Tal relação se dará, primeiro, no sentido de preservar o tesouro das gerações passadas, isto é, no sentido de ter a geração do presente tomar o cuidado de não trazer a esse mundo a novidade da sua geração, alterando inteiramente, até ao (i)reconhecimento, o próprio mundo, a construção coletiva do passado”.

No capítulo três, no texto “Respeito e responsabilidade para com os recém-chegados”, Maria Cristina Müller investiga as reflexões de Hannah Arendt acerca do sentido da educação. Na interpretação que Müller faz das reflexões de Arendt, “o jovem precisa estar

preparado para, a seu tempo, agir e tomar suas próprias decisões no mundo público, singularizando-se”. De outra parte, o adulto precisa assumir o respeito e a responsabilidade para com o recém-chegado, acolhendo-o e introduzindo-o no mundo.

No quarto capítulo, no texto “Arendt: referências republicanas em *A crise da educação*”, Claudio Boeira Garcia analisa que os argumentos políticos e educacionais expostos no referido texto, se afinam com enunciados que remontam ao republicanismo democrático e constitucional estabelecido e expandido no mundo a partir das Revoluções na América e na França no final do século XVIII. Na avaliação de Garcia, em uma sociedade que pode ser caracterizada pelo conjunto de elementos teóricos e práticos que distinguem uma república democrática constitucional, a instrução pública e a educação de crianças e jovens são exercidas por responsabilidade de instituições públicas, educadores, pais e cidadãos. Todos enfim em acordo com suas competências constitucionais ou iniciativas demandadas para o desenvolvimento seguro da vida, da instrução e da formação dos infantes e jovens, são responsáveis por eles.

No capítulo cinco, intitulado “Docência universitária: experimentos arendtianos”, Eduardo Morello repensa a docência universitária a partir do pensamento político-filosófico de Hannah Arendt. Na interpretação de Morello, embora Arendt não tenha se ocupado diretamente com questões educacionais, seus escritos – principalmente os ensaios “Reflexões sobre Little Rock” e “A crise na educação” – podem contribuir na reflexão e interrogação acerca de questões inerentes ao campo educacional contemporâneo. Na leitura de Morello, uma dessas questões, refere-se à docência, seja no nível básico, seja no nível universitário. No nível universitário, a docência apresenta-se no limiar de um processo de repensar a si mesma, devido ao fato de ser possível na atualidade visualizar, de forma cada vez mais clara, as insuficiências que apresentam as antigas formas de realizar a atividade docente no âmbito universitário. Essa possibilidade fora aberta pela atual crise que acomete a educação. Essa crise,

que se generalizou, abre, pois, a possibilidade de repensar a docência em geral, e a docência universitária, em particular. Em seu escrito, Morello procura repensar a docência universitária, mediante “experimentos” realizados com o pensamento arendtiano no âmbito da atividade docente, e tangencialmente, apontar para uma formação universitária que coadune com o conhecimento do mundo, o pensar sobre o mundo e a relação que se estabelece com ele, tendo em vista que, os jovens assumam, gradativamente, a responsabilidade por ele.

No capítulo seis, Sandra Janice Nunes, no texto “A relação entre educação e estado em Arendt e Condorcet”, ressalta que “vincular a educação aos preceitos éticos, jurídicos e políticos é uma característica, dos governos republicanos e democráticos, principalmente, a partir das revoluções Americana e Francesa que se puseram como um marco dessas formas de governar e ou de exercer o poder”. Na análise de Nunes, autores como Condorcet (século XVIII) e Arendt (século XX), apostam na instrução pública como sendo dever do Estado para com a sociedade, assim como um direito, garantido constitucionalmente. Embora em períodos distintos, os dois autores comungam a preocupação de saber em que momentos se vinculam e se distinguem os assuntos da política e da educação. Tanto Condorcet quanto Arendt compreendem que a instrução diz respeito ao âmbito público, ou seja, é responsabilidade e obrigação do Estado; já a educação pertence ao espaço privado, ou seja, compete a família.

No capítulo sete, no texto “As intrincadas relações entre educação e política em Hannah Arendt”, Rodrigo Moreira de Almeida e Rosalvo Schültz explicitam os elementos que nos permitem articular as especificidades do âmbito educacional e político, bem como suas distinções e relações, no pensamento de Hannah Arendt. Para dar conta de tal objetivo, Almeida e Schültz inicialmente discorrem acerca dos aspectos que para Arendt são constitutivos da esfera da educação, que são natalidade, tradição, mundo e autoridade; na sequência destacam os argumentos de Arendt acerca da distinção essencial entre educação e política e as consequências perniciosas de

uma educação voltada a *forjar* cidadãos; por fim, descrevem alguns elementos que aproximam esses dois âmbitos na autora ressaltando os possíveis vínculos entre educação e política.

No capítulo oito, no texto intitulado “Política e revolução: a formação da consciência revolucionária e a fundação de um novo corpo político”, Edison Alencar Casagrande explora a relação entre o fenômeno moderno das revoluções e a fundamentação de uma teoria do poder constituinte em Hannah Arendt. Com isso, Casagrande procura compreender não apenas o significado político das revoluções francesa e americana, mas principalmente verificar como Arendt resolve o problema da fundação de um novo corpo político. Casagrande faz um alerta para os distintos modos com que os revolucionários franceses e americanos lidaram com o problema da necessidade de um absoluto para resolver a questão do círculo vicioso que se forma no interior da esfera política. A pergunta que perpassa o capítulo escrito por Casagrande poderia ser formulada da seguinte maneira: podemos, com Hannah Arendt, justificar a fonte de autoridade do novo corpo político sem recorrer a um absoluto para solucionar o problema de um “círculo vicioso”, supostamente presente no ato da fundação e na elaboração das constituições?

No capítulo nove, Ester Maria Dreher Heuser, em seu texto “Para pensar a educação em meio à Arendt e Bergson: da conservação ao direito à fabulação”, recusa os pressupostos implícitos de que a educação é algo natural e que todo mundo sabe o que significa educar; põe em questão alguns clichês educacionais e, a partir da excêntrica voz de Arendt, apresenta a ideia de que a educação é a reação dos adultos frente à impetuosa e imprevisível entrada, em nosso mundo, de outros seres humanos em estado de devir que carregam consigo uma absoluta e incógnita novidade. Na avaliação de Ester Hauser, tal posição exige uma dupla responsabilidade: pela vida e desenvolvimento dos recém-chegados e pela continuidade do mundo; assim como implica em um duplo e paradoxal gesto de conservação: da novidade inerente a cada ser que nasce e do mundo

que deverá ser preservado após a passagem de cada geração. Por fim, sugere que a conservação seja efetivada na medida em que nós, adultos, responsáveis pelo mundo, apresentemos a tradição, aquilo que nós fizemos do mundo, aos estudantes e os convoquemos para a aventura do pensamento, garantindo-lhes o direito à fabulação, conceito criado por Bergson e apresentado neste texto como uma ferramenta capaz de ser usada a fim de dar voz à comunidade de estudantes sem voz que habita, silenciosamente, nossas salas de aula e pode permitir a produção de subjetividades que trarão algo de novo ao mundo e inaugurar uma nova ordem de coisas.

No capítulo dez, Ediovani Antonio Gaboardi, em seu texto “Arendt e Teixeira: educação e espaço público”, estabelece um diálogo entre o texto *A crise na Educação* de Hannah Arendt (1957) e a obra *Pequena introdução à Filosofia da Educação* de Anísio Teixeira (1934). Na interpretação de Gaboardi, Teixeira defende uma visão progressista, em que a autonomia do educando é a referência fundamental para a vida escolar, enquanto Arendt, acredita que a autonomia diz respeito à esfera pública, para a qual as crianças não estão preparadas. A escola deve ser conservadora em dois sentidos: preservando as crianças de um mundo que não compreendem e conservando aquele passado cultural considerado o melhor produto da humanidade.

No capítulo onze, intitulado “A ascensão da esfera social: a diluição da distinção entre público e privado”, Cleriston Petry apresenta os principais conceitos da obra arendtiana acerca da ascensão da esfera social, a qual se alicerça na Filosofia Política de Platão, no Cristianismo, no desenvolvimento da burguesia enquanto classe social dominante e nas compilações teóricas do marxismo acerca da propriedade. Tal apresentação tem por objetivo compreender a sociedade moderna e as consequências da diluição da distinção entre público e privado. Petry recorre principalmente à obra de Hannah Arendt, *A Condição Humana*, para esclarecer o que significou para gregos e romanos os conceitos de público e privado e o papel dos indivíduos em cada esfera e com isso introduz uma análise acerca do

que significa a condição humana. Tal análise possibilita compreender o advento dos movimentos totalitários, da sociedade de massas e do individualismo.

No capítulo doze, intitulado “Referências, Identificações e incertezas”, Edinaldo Enoque Silva Junior e Paulino Eidt analisam a relação dialógica que se estabelece entre aluno e professor e a crise de identificação e de referências simbólicas a que estão submetidos os protagonistas da educação no início do III milênio. Na interpretação dos autores, tal análise implica uma significação subjetiva muito grande do entrecho corporal e histórico dos próprios professores/pesquisadores, pois as considerações são decorrentes de processos vivos, verificados por quem está no *front* da sala de aula e analisados à luz dos teóricos que analisam os processos culturais da modernidade. Sendo assim, a escritura é decorrente de uma experiência subjetiva, resultado de vastas relações e entrelaçamentos entre o sujeito pensante e o objeto pesquisado; e os resultados, de forma alguma são forçados, e sim expressam os quadros de neuroses, angústias, tensões, sonhos, crises, fantasias inerentes a vida de professor.

No capítulo treze, intitulado “Do eu pontual ao círculo virtuoso: o acontecer do Humano”, Clenio Lago reflete sobre a ruptura da metafísica e seus desafios desde a tese do esquecimento do ser, abordada por Hannah Arendt na obra *Entre Passado e Futuro*. Para dar conta de tal reflexão, Lago faz uma leitura da instituição do eu pontual e deste ao círculo hermenêutico. Na sua avaliação, para transcender as posturas educativas tradicionais, é necessário, também, transcender ao logocentrismo, abrindo-se para o diálogo profundo como *acontecimento*, o que implicaria transcender tanto o eu pontual quanto o sujeito transcendental e com isso lançar-se no jogo educativo, possibilitar o acontecer do ser.

Altair Alberto Fávero
Edison Alencar Casagrande

Referências

- ARENDT, Hannah (1994). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____. (1979). “A crise na educação”, in: ARENDT, Hannah *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, pp. 221-247.
- BENHABIB, Seyla (2006). *El ser y el outro em la ética contemporânea: feminismo, comunitarismo y posmodernismo*. Barcelona: Gedisa.
- KOHN, Carlos (2010). “A ideia de liberdade com práxis política na “teoria da ação comunicativa” de Hannah Arendt”, in: BREA, Gerson; NASCIMENTO, Paulo; MILOVIC, Miroslav (orgs.) *Filosofia ou política? Diálogos com Hannah Arendt*. São Paulo: Annablume, pp. 59-70.
- TEIXEIRA, Anísio (2000). *Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressista ou a transformação da escola*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.